



A obra de Monardes também foi complementada no século XVII, ainda que de maneira menos elaborada que a de Orta. As informações coletadas pelo médico espanhol Francisco Hernández, enviado ao México por Filipe II, foi publicada em Roma, em latim, em 1628, e o tratado de medicina ameríndia, *Medicina do Brasil* (1648), foi publicado por Willem Piso, médico da expedição holandesa a Pernambuco na década de 1630. A dívida das taxonomias de plantas exóticas para com as classificações não ocidentais, a de Orta em relação aos árabes, por exemplo, ou a de Hernández em relação ao sistema nauhatl, foi recentemente reconhecida por estudiosos europeus.<sup>52</sup>

### As descobertas no contexto global

A descoberta europeia de um mundo mais amplo era parte de uma tendência maior que incluía o descobrimento asiático das Américas e também da Europa. No caso do Império Otomano, por exemplo, o interesse pela América demonstrado por Piri Reis já foi discutido (ver p.56). Uma história das Índias Ocidentais escrita para o sultão Murad III utilizou a obra de López de Gómara, Oviedo e Zárate. O *Atlas* de Mercator foi traduzido para o turco em meados do século XVII, e o *Atlas* de Blaeu (por ordem do sultão Mehmed IV) na década de 1670.<sup>53</sup> Essas traduções ficaram em manuscrito, mas um dos poucos livros reproduzidos a partir da imprensa brevemente estabelecida no Império Otomano em 1727 foi uma tradução de López de Gómara.

A Europa já fora descoberta pelos árabes antes de 1450. Para encontrar o interesse por uma Europa previamente desconhecida, é preciso procurar mais ao leste. Na China, ao final do século XVII, o missionário jesuíta italiano Matteo Ricci exibiu em seus aposentos um mapa do mundo ao estilo europeu. Isso chamou atenção. O imperador tinha uma cópia e o mapa foi reproduzido em tratados chineses de geografia – embora sem grande influência sobre a tradição cartográfica chinesa.<sup>54</sup>

O ligeiro interesse pelo Ocidente expresso pelos chineses contrasta com a situação no Japão. Apesar da política governamental de “reclusão” (ver p.59) – ou por causa dela –, alguns japoneses desenvolveram vivo interesse pela cultura estrangeira, especialmente a partir do final do século XVII. Os intérpretes de Nagasaki estavam entre os primeiros a mostrar interesse pelo conhecimento ocidental, descrito à época como “conhecimento holandês” (*Rangaku*, de “Oranda”, nome japonês da Holanda). Uma tela japonesa feita por volta de 1625 mostra um mapa do mundo derivado do mapa de Plancio, de 1592, e um mapa-múndi de Blaeu, de 1648, logo estava na posse do xogum. A curiosidade se desenvolveu e alguns estudiosos japoneses começaram a visitar Nagasaki para aprender mais sobre o Ocidente. Arashiyama Hoan, por exemplo, ali estudou a medicina ocidental e publicou um manual sobre o tema em 1683. Uma seção da tradução holandesa da geografia de Hübner foi publicada em japonês em 1772.

vro sobre a Índia quando de sua volta. A informação reunida por Bernier seria utilizada por John Locke e Charles de Montesquieu para dar suporte a suas teorias gerais sobre tópicos tão díspares como as leis e os espíritos.<sup>48</sup>

### A distribuição do conhecimento

Processado na cidade, o conhecimento era distribuído ou reexportado em forma impressa, modo que atenuava as barreiras geográficas, “deslocando” conhecimentos de seus ambientes originais. As principais cidades européias mencionadas neste capítulo eram importantes centros impressores. A importância de Veneza, Amsterdã e Londres nesse particular é conhecida e será examinada em maior detalhe no contexto econômico. Roma era um grande centro impressor. E também Paris, com suas oficinas concentradas no quarteirão universitário da rua Saint-Jacques. Sevilha já foi considerada “de longe o mais importante centro de publicação de notícias” da Espanha no início do século XVII.<sup>49</sup> A rede de distribuição de livros, pelo menos originalmente, tendia a seguir rotas estabelecidas de negócios, mas acabou por criar suas próprias rotas.<sup>50</sup>

Como estudo de caso deste processo podemos examinar o conhecimento ocidental sobre medicinas alternativas de outros continentes. Os médicos ocidentais parecem ter se mostrado mais abertos a essas alternativas no início dos tempos modernos do que mais tarde, na era da medicina científica e profissional. Dois textos-chave sobre ervas e drogas exóticas foram publicados no século XVI. Um sobre a Índia, pelo médico português Garcia d’Orta, foi publicado por primeira vez em Goa, e outro sobre as Américas, pelo médico espanhol Nicolás Monardes, foi publicado em Sevilha. Os dois textos se tornaram conhecidos em toda a Europa graças, em parte, à sua tradução para o latim. No século XVII, o conhecimento da medicina oriental foi complementado por uma série de textos publicados por funcionários da Companhia das Índias. A medicina indiana era apresentada na *Medicina dos indianos* (1642), de Jacob de Bondt, no *Compendium* (1679), de Harmann Grimm, e na obra em 12 volumes *O jardim indiano de Malabar* (1678-1703), de Hendrik van Rheede, compilado em Goa, mas impresso em Amsterdã. Vale destacar que essa compilação, longe de exemplificar a descoberta ocidental de informações previamente desconhecidas, se baseava em tradições védicas nativas. O manuscrito mesmo foi revisado por alguns médicos indianos em Goa antes de ser mandado à Europa para publicação.<sup>51</sup>

Mais para o leste, Andreas Cleyer (baseado nas notas de um missionário jesuíta na China, Michael Boym), publicou um livro sobre a medicina chinesa, *Espécimes da medicina chinesa* (1682), discutindo entre outras coisas o modo chinês de tomar o pulso, enquanto Willem ten Rhijne, em livro publicado em Londres em 1683, examinou a medicina tradicional japonesa (acupuntura, moxibustão) e a botânica (especialmente o chá e a cânfora).

e portuguesa. A tradução para o latim de obras nos vernáculos da Rússia, China e Japão, que ajudou a tornar essas culturas mais conhecidas pelos estudiosos em geral, teve muitas vezes lugar em cidades com colégios jesuítas (entre elas, Antuérpia, Colônia, Mainz, Dillingen e Munique), combinando assim o interesse dos jesuítas pelas missões e pela literatura neolatina.

→ O surgimento dos dicionários de línguas não europeias pode ser um indicador útil do crescente interesse e conhecimento europeu sobre outras partes do mundo. As cidades espanholas publicaram os primeiros dicionários de arábico (1505) e das línguas ameríndias nativas, como o guarani (1639). Dicionários malaio e indonésios foram publicados em Amsterdã em 1603, 1623, 1640 e 1650, sem dúvida para uso da Companhia das Índias. Roma, como centro do empreendimento missionário, era o lugar natural para a publicação de dicionários do etíope, turco, armênio, arábico, persa e vietnamita.

Importante papel no processamento da informação foi desempenhado por indivíduos, como escritores ou empresários intelectuais (ver p.145). Exemplos conhecidos incluem o holandês Johannes de Laet, o francês Jean-Baptiste du Halde e os alemães Bernhard Varenius e Athanasius Kircher. Esses homens nunca saíram da Europa, mas todos eles publicaram descrições da Ásia. De Laet escreveu sobre os impérios Otomano e Mughal, Varenius, sobre o Japão e o Sião, e Kircher e du Halde, sobre a China.<sup>47</sup> Estudiosos sedentários como estes, cujo papel era o complementar oposto dos coletores itinerantes de conhecimentos como Hernandez, Kaempfer ou Martini, geralmente trabalhavam nas principais cidades. De Laet trabalhava em Leiden, com acesso a uma coleção importante de livros e manuscritos orientais que foram essenciais para sua descrição do Império Mughal. Varenius trabalhava em Amsterdã. Kircher passou 40 anos em Roma, o que lhe deu acesso a informações dos missionários que voltavam, como Michael Boym e Martino Martini, da China, Heinrich Roth, da Índia, e Filippo Marini, de Tonquim e Macau. De modo semelhante, du Halde, que vivia em Paris, conversou com missionários que voltavam da China e editou seus relatos, publicados como uma série de "cartas edificantes" (*Lettres édifiantes*).

Dizer que esses homens sabiam como explorar as oportunidades oferecidas por sua situação num importante centro de informações não diminui suas realizações nem a de outros como eles (Giovanni Battista Ramusio em Veneza, João Barros em Lisboa, Giovanni Botero em Roma, Richard Hakluyt em Londres, Jean Baptiste d'Anville e Denis Diderot em Paris, ou Caspar Barlaeus, Olfert Dapper e Jan Blaeu em Amsterdã).

Pesquisadores de "campo" como o jesuíta italiano Martino Martini, com quem este capítulo começou, viam muito bem a necessidade de manter contato com esses centros. Martini, por exemplo, tinha contatos regulares com Roma e visitou Amsterdã, como vimos, para entregar mapas ao editor Jan Blaeu. François Bernier, médico que passou a maior parte do período entre 1655 e 1668 na Índia, mandava informações por carta a seus amigos em Paris e publicou um li-

descritas como “centros de cálculo”, isto é, lugares em que a informação local de diferentes regiões e relativa a diferentes tópicos era transformada em conhecimento geral na forma de mapas, estatísticas etc. Um dos primeiros exemplos é o da antiga Alexandria, com sua famosa biblioteca, onde estudiosos como o geógrafo Eratóstenes transformavam o conhecimento local em conhecimento geral.<sup>44</sup>

As primeiras cidades modernas podem ser descritas como centros de cálculo e também de crítica e síntese. Os atlas desse período exemplificam claramente essa síntese; os de Mercator (produzidos na Antuérpia), por exemplo, ou os de Blaeu (Amsterdã), Coronelli (Veneza), Homann (Hamburgo) ou d’Anville (Paris). Os artigos do cartógrafo Jean Baptiste d’Anville sobreviveram e frequentemente o mostram baseando-se nos relatos orais e escritos de diferentes tipos de viajantes, como mercadores e diplomatas, para fazer sua síntese.<sup>45</sup> A acomodação do conhecimento local ou mesmo “periférico” aos interesses do centro era auxiliada pelo uso de questionários (ver p.117) que, como as estatísticas, facilitavam os contrastes e comparações.

O processamento do conhecimento desse modo era uma atividade coletiva em que os estudiosos participavam ao lado de burocratas, artistas e impressores. Esse tipo de colaboração só era possível em cidades suficientemente grandes para reunir grande variedade de ocupações especializadas. Cidades diferentes contribuíam de modos diferentes na divisão internacional do trabalho. Quando Lutero começou a desafiar o papa, a cidade de Wittenberg, no leste alemão, onde ensinava na nova universidade, estava à margem da cultura alemã (assim como a Genebra de Calvino estava à margem da cultura francesa).<sup>46</sup> Graças a esses dois reformadores, porém, Wittenberg e Genebra se tornaram cidades sagradas, centros de conhecimento religioso, as equivalentes a Roma nos mundos luterano e calvinista.

Florença, Roma e Paris eram ainda centros de *connoisseurship*. Contudo, graças a bibliotecas e professores, algumas cidades universitárias desempenharam, na elaboração do conhecimento, um papel desproporcional a seu tamanho – por exemplo, Pádua e Montpellier, no século XVI, no caso do conhecimento médico, Leiden no século XVII, em botânica e em estudos arábicos, e Göttingen, no século XVIII, em história e estudos russos.

As minorias lingüísticas, tão importantes em certas cidades européias, também desempenharam papel significativo nesse processamento, ligando assim a microgeografia do conhecimento à sua macrogeografia. Em Veneza, por exemplo, os gregos e “eslavos” (*Schiavoni*, principalmente da costa dalmata) estavam envolvidos na produção de livros, textos gregos clássicos, no primeiro caso, e textos litúrgicos, no segundo. Os italianos, espanhóis, ingleses, franceses e outras minorias na Antuérpia editavam, traduziam e imprimiam livros nesses idiomas. O mesmo pode ser dito sobre Amsterdã, incluindo seus russos e armênios, assim como minorias mais expressivas como os franceses e judeus de língua espanhola

Hartlib deve ter percebido a necessidade de orientação numa grande cidade. Seu projeto, como o de Renaudot, durou pouco, mas – outra vez como o de Renaudot – inspirou imitadores. Por exemplo, o Office of Public Advice, em Londres (1657), que publicava um semanário, o *Publick Adviser*, e também oferecia mediação pessoal; ou o escritório de inteligência montado por um certo T. Mayhew em Londres, por volta de 1680, no Pea Hen, em frente à Somerset House, que se dedicava a registrar imigrantes.

Na Londres do século XVIII, agências de empregos ou “escritórios de registro” de serventes eram cada vez mais comuns. Em 1751, o romancista – e magistrado – Henry Fielding formulou um plano para um “Escritório de Registro Universal”, observando que “cidades grandes e populosas” requerem “um método de comunicação das várias necessidades e talentos entre os habitantes” e propondo registros de propriedades à venda, acomodações para aluguel, empréstimos de dinheiro, empregos disponíveis, serviços de viagem, e assim por diante, em uma palavra, o que um autor teatral da época chamou de “Armazém de Informações”. Ele pretendia que não se registrasse qualquer empregado “que não pudesse apresentar referências do último lugar em que tivesse morado”. Não surpreende descobrir que Fielding foi também responsável pelo estabelecimento do que já foi chamado de “primeira força de detetives na Inglaterra”, no Bow Street Office, em 1749. Fielding considerava a informação uma arma contra os criminosos e defendia um registro de informações sobre roubos.

### O processamento do conhecimento

A sistematização do conhecimento nas cidades e fora delas era parte de um processo mais amplo de elaboração ou “processamento”, que incluía compilar, checar, editar, traduzir, comentar, criticar, sintetizar ou, como se dizia na época, “resumir e metodizar”. O processo pode ser descrito em termos de uma linha de montagem. À medida que a informação se deslocava na rota do campo à cidade, grande quantidade de diferentes indivíduos acrescentavam sua contribuição. Por meio disso, o conhecimento era “produzido”, no sentido de que as novas informações se transformavam no que era visto – ao menos pelos letrados – como conhecimento. Seria absurdo sugerir que as informações chegavam livres de conceitos ou categorias, tanta era a “matéria bruta” importada pela metrópole das colônias. No caso das ervas e medicamentos das Índias orientais e ocidentais, por exemplo, é claro que o conhecimento fora elaborado localmente pelos sábios nativos antes da chegada à Europa.<sup>43</sup>

Mesmo assim, para que pudesse ser utilizado com eficácia, esse conhecimento tinha que ser assimilado ou adaptado às categorias da cultura européia. A despeito de exemplos famosos do contrário, como as atividades de Montaigne e Montesquieu em suas propriedades de campo (discutidas no cap. VIII), esse processo de assimilação em geral tinha lugar no ambiente urbano. As cidades foram

XVIII, em Paris, cartazes desse tipo tinham importante papel na vida urbana. Eram diretamente controlados, e os *afficheurs* portavam emblemas reveladores de seu status. As informações que afixavam iam desde a propaganda de charlatães, anúncios de cães perdidos e pregadores, até decretos do Parlamento de Paris.

Para atender a algumas dessas necessidades, foi criado o chamado Bureau d'Adresse em Paris no início do século XVII (perto da Pont Neuf, mais tarde no Louvre) por Théophraste Renaudot, mais conhecido como editor do jornal oficial, a *Gazette*. A idéia da agência era (mediante uma taxa) pôr as pessoas em contato (empregados e patrões, por exemplo), indivíduos que não se conheciam, assim combatendo o isolamento da grande cidade. Como relata um visitante inglês ao Louvre, "sob a longa galeria há um lugar chamado *Bureau d'Adresse*. Ali, um homem tem um livro com nomes de serventes e lacaios". O escritório era bastante conhecido chegando a ser tema de balés na corte em 1631 e 1640, um meio de comunicação fazendo assim propaganda de outro.<sup>40</sup>

Essa versão do século XVII das páginas amarelas não durou muito, mas a idéia foi retomada mais tarde por um médico-boticário chamado Nicolas de Blegny, que apresentou o material de forma impressa, desta vez sob o título *O livro de conveniências dos endereços de Paris* (1692), que incluía informações sobre vendas, empregos disponíveis, bibliotecas, palestras públicas, banhos, professores de música, e horários e locais de audiências com o arcebispo de Paris ou de sessões de imposição das mãos do rei. Parece ter sido sábio publicando a obra sob o pseudônimo "Abraham du Pradel", pois sua circulação foi logo suspensa devido a queixas de invasão da privacidade por parte de alguns dos notáveis cujos endereços listava.<sup>41</sup>

Contudo, persistia a demanda por esse tipo de informação, e o projeto ressurgiu mais uma vez no século XVIII. Em 1750, o cavalheiro de Mouchy (mais conhecido por sua organização de boletins manuscritos) também organizou um *bureau d'adresse* na rua Saint-Honoré. Informações sobre atividades de lazer em Paris eram publicadas no século XVIII em periódicos como *Affiches de Paris* (1716), *Journal des Spectacles de la Cour* (1764), mais tarde no *Journal des Théâtres* (1777), e *Calendrier des Loisirs* (1776). A partir de 1751, *Affiches* passou a ser publicada junto com a *Gazette* no "bureau d'adresses et rencontres" na rua Baillete. Oferecia informação sobre peças, sermões, decretos do Parlamento de Paris, chegada de mercadorias, livros recém-publicados etc. De modo semelhante, o *Diario de Madrid* (1758- ), por exemplo, incluía *notícias particulares de Madrid*, propostas para compartilhar uma carruagem para Cádiz, por exemplo, e uma seção de "Achados e perdidos" (cães, rosários etc.).

Em Londres, a idéia de oferecer informações práticas aos habitantes da cidade foi adotada em meados do século XVII por Samuel Hartlib, cujo Office of Adress ou Agency for Universal Learning tentava combinar os serviços práticos oferecidos por Renaudot com um projeto mais ambicioso de coleta e difusão internacional do conhecimento sobre todos os temas.<sup>42</sup> Um estrangeiro como

informação para biblioteca

incluir informações mais seculares sobre antigüidades, o serviço postal e pintores. O guia de Veneza, de Francesco Sansovino, publicado por primeira vez em 1558, foi sucesso de vendas, substituído no fim do século XVII pelo *Guia para estrangeiros* de Vincenzo Coronelli e, depois, pelo *Estrangeiro Ilustrado*, descrição, do século XVIII, de uma visita de seis dias à cidade e seus arredores.

Esses modelos foram seguidos por guias posteriores de Amsterdã, Paris, Nápoles e outras cidades. Amsterdã foi descrita por Pontanus (1611), Dapper (1663), Zesen (1664), Commelin (1693) e um guia anônimo em francês de 1701, reimpresso e revisto várias vezes. A descrição de Nápoles, de Bacco, foi publicada por primeira vez em 1616 e no fim do século já alcançava oito edições, assim como seus concorrentes como Mormile (1617), Sarnelli (1685), Celano (1692) e a *Descrição da cidade de Nápoles* (1788), de Sigismondo, dirigida expressamente aos estrangeiros. A *Descrição de Paris* (1684) por um guia profissional, Germain Brice, alcançou sua oitava edição em 1727. Foi seguida por uma *Temporada em Paris* (1727), de Neimetz, e por outros rivais. Os primeiros guias de Londres datam de 1681 (quando descrições similares foram publicadas por Nathaniel Crouch e Thomas de Laure). No século XVIII foram publicados aproximadamente uma dúzia.

No século XVIII, esses guias acrescentavam à descrição das igrejas e obras de arte informações práticas sobre a negociação com os cocheiros ou que ruas evitar à noite. Havia também uma literatura especializada sobre as vigarices da cidade em seus variados repertórios: *The Frauds of London* etc. As informações práticas logo ficavam desatualizadas, e assim não surpreende que um guia de Madri para estrangeiros fosse publicado anualmente a partir de 1722, o *Calendário anual e guia para estrangeiros*.

Algumas cidades chegavam a produzir guias do mundo da prostituição. A *Tariffa delle puttane*, publicada em Veneza por volta de 1535, era um diálogo em versos com os nomes, endereços, atrações, críticas e preços de 110 cortesãs. A ela seguiu-se um catálogo de 1570, com 210 nomes, e mais tarde imitações referentes a atrações de Amsterdã (1630) e Londres – a *Commonwealth of Ladies* (1650) sobre as que trabalhavam no New Exchange e a *List of Covent-Garden Ladies*, de Harris, anualmente a partir de 1760. Nem sempre fica claro se os guias se destinavam aos visitantes ou aos nativos, nem quão acurados eram; ou mesmo se a intenção dos autores era oferecer informações práticas ou pornografia.

Os próprios nativos das grandes cidades precisavam cada vez mais de orientação, para informações sobre várias formas de lazer, ou sobre onde encontrar certas mercadorias e serviços. Cartazes eram uma das soluções para o problema. Tomemos a programação teatral, por exemplo. Esses anúncios colados nos muros remontam à Espanha do fim do século XVI, momento em que surge o teatro comercial. O *cartel* espanhol foi imitado pelo *manifesto* italiano, o *affiche* francês, o *Plakat* alemão e o *bill* inglês. Pepys se refere, em 1662, a cartazes anunciando peças afixados em quadros no Templo e em outros lugares. No final do século



assim, para escrever sobre a história as relíquias de seu próprio país, inclusive sobre a escrita pictográfica usada antes da conquista espanhola, Sigüenza foi forçado a citar livros de europeus como Samuel Purchas e Athanasius Kircher. Esses livros estrangeiros ofereciam as únicas ilustrações impressas disponíveis desses pictogramas. Para ver os próprios manuscritos originais, levados para a Europa pelos espanhóis e lá dispersos, Sigüenza teria que ter visitado cidades tão distantes do México quanto Roma e Oxford.<sup>38</sup>

### A cidade como fonte de informação sobre si mesma

A proliferação dos serviços de informação nas primeiras cidades modernas foi em parte um efeito da divisão urbana do trabalho e em parte uma reação à crescente demanda por informação, ela mesma uma reação à desorientação gerada por se viver numa das maiores cidades da Europa. Essas cidades começavam a produzir volumes crescentes de informação sobre si mesmas.

A estrutura ocupacional das grandes cidades, por exemplo, incluía cada vez mais especialistas em diferentes tipos de comunicação oral. Esses especialistas incluíam os *corredors d'orella* da Lonja, em Barcelona, que ouviam conversas e punham os mercadores em contato entre si; os *runners* (corredores), que anunciavam serviços clandestinos de casamento na Londres do século XVIII, ou traziam notícias da chegada de navios ao café da Lloyd; e os vendedores de baladas, que vagavam pela cidade ou estacionavam em certos lugares específicos, como a Pont Neuf em Paris, ou a Puerta del Sol em Madri, onde cantores cegos, estrategicamente situados entre o escritório da *Gazette* oficial e o terminal do sistema postal, os *Correos*, vendiam almanaques, jornais e éditos oficiais.<sup>39</sup>

As notícias oficiais se multiplicavam nas esquinas ou nas portas das igrejas. Em Florença, em 1558, por exemplo, o novo *Index librorum prohibitorum* era exibido nas portas das igrejas da cidade. Na Londres da época de Carlos II, cartazes de rua anunciavam as peças de teatro. Um visitante suíço em Londres em 1782 ficou impressionado com o predomínio de nomes de lojas em prejuízo da sinalização. Os nomes das ruas cada vez mais eram escritos nos muros (em Paris, a partir de 1728). Os números das casas eram cada vez mais comuns nas maiores cidades no século XVIII. Um visitante inglês em Madri na década de 1770 observou que “os nomes das ruas eram pintados nas casas de esquina” e que “todas as casas eram numeradas”.

Todo turista sabe que, quanto maior a cidade, maior a necessidade de guias, na forma de pessoas ou de livros. No início da Europa moderna havia demanda por guias profissionais ou cicerones, especialmente em Roma, Veneza e Paris, para mostrar a cidade aos visitantes. Havia também uma demanda por livros-guia. Guias impressos de Roma eram especialmente numerosos, começando pelas assim chamadas *Maravilhas da cidade de Roma*, que já circulavam na Idade Média. Em sucessivas edições, esse guia de relíquias, indulgências e papas passou a

A Europa do norte e do leste era menos densamente povoada, e suas cidades eram em geral menores (à exceção de Moscou) e mais distantes entre si. Com exceção de Uppsala, fundada em 1477, as instituições acadêmicas chegaram mais tarde – por exemplo, em Vilnius em 1578, em Dorpat (Tartu) e Kiev em 1632, em Lund em 1668, em Lviv em 1661, em Moscou em 1687 (uma academia de teologia) e em São Petersburgo em 1724. Havia menos impressoras e livrarias nessa imensa área, embora se possa perceber um crescimento modesto ao final do século XVII. Os livros impressos em Amsterdã para o mercado do Leste europeu (ver p.148) eram ao mesmo tempo uma bênção para os leitores e um obstáculo para o desenvolvimento de uma produção local de conhecimento.<sup>37</sup> Grandes bibliotecas eram uma raridade nessa grande área, embora a biblioteca ducal em Wolfenbüttel tivesse 28 mil volumes em 1661, a biblioteca da universidade em Göttingen, 50 mil volumes em 1760, e a biblioteca real de Berlim, 80 mil em 1786.

Dois fenômenos sugerem que o acesso ao conhecimento era mais difícil nessas regiões do que na Europa ocidental. Em primeiro lugar, a migração de estudiosos para o Ocidente, fosse para consultar bibliotecas, como os alemães e escandinavos que visitavam a Biblioteca Bodleian no século XVII, ou para ali viver durante anos, como o estudioso boêmio Jan Amos Comenius em Londres e Amsterdã. Em segundo lugar, a tentativa dos governos prussiano e russo no início do século XVIII, seguindo o conselho de Leibniz, de tornar Berlim e São Petersburgo centros de conhecimento pela importação de estudiosos estrangeiros, entre os quais matemáticos como Nicolas e Daniel Bernoulli, Leonard Euler e Pierre Maupertuis.

Era possível seguir uma carreira de estudos nas cidades menores da Europa do leste e centro-leste, submetendo-se a certas limitações. O historiador Matthias Bél, por exemplo, passou toda sua vida em Pozsony, mas trabalhava sobre a história de sua própria região. Bartholomeus Keckermann passou a maior parte de sua curta vida em Danzig (Gdansk), embora tenha publicado mais de 25 livros, e fosse essencialmente um sistematizador de disciplinas acadêmicas para quem informações de fora não eram tão importantes.

Até mesmo a aquisição do conhecimento culto cotidiano requeria mais esforços dos europeus cuja primeira língua não fosse o italiano, o espanhol, o francês, o alemão, o holandês ou o inglês. Foi muito lentamente que a Europa central e a do leste começaram a produzir obras de referência em seus próprios vernáculos: a *Enciclopédia húngara* de Apáczai Csere János (1653), ou a primeira enciclopédia em polonês, a *Nowe Ateny* [Nova Atenas] de Chmielowski, publicada em meados do século XVIII.

Para um exemplo vívido dos problemas enfrentados pelos estudiosos ainda mais distantes dos centros de saber, podemos tomar o caso de Carlos de Sigüenza y Góngora, no México. Ele viveu numa grande cidade, que tinha uma universidade, onde ele era professor de matemática, e muitas casas impressoras. Mesmo

Nápoles era outra cidade italiana com boas bibliotecas, inclusive a do advogado Giuseppe Valletta, que continha aproximadamente 10 mil volumes por volta de 1700. Como centro de conhecimento, porém, a cidade estava em decadência ao final do século XVII, como alguns dos estudiosos locais explicaram ao visitante britânico Gilbert Burnet, que registrou suas queixas sobre a Inquisição e sobre a dificuldade de obter livros da Inglaterra e da República Holandesa.

Para ilustrar os problemas do estudo em Nápoles na virada do século XVII para o XVIII podemos tomar o caso de Giambattista Vico. O autor de ambiciosa obra de história comparada obviamente precisava estar bem informado. Vico cresceu na Nápoles do final do século XVII, centro de intensas atividades intelectuais, com acesso a novos livros em latim. Mas à medida que envelhecia, tanto ele como Nápoles foram ficando mais isolados. O francês e o inglês, línguas que ele não dominava, eram cada vez mais necessários para os cidadãos da República das Letras. Um indicador entre outros do crescente isolamento de Vico é que na edição final de sua obra-prima *Scienza nuova*, publicada em 1744, o Japão é discutido sem referência ao importante estudo de Engelbert Kaempfer, publicado quase 20 anos antes (ver p.60 e 172).<sup>35</sup>

Os parisienses tiveram mais sorte. Como cidade de bibliotecas, Paris superava até mesmo Roma no final do século XVII, se não antes. Seus recursos incluíam a biblioteca do século XII de Saint-Victor, catalogada por volta de 1500 (ver p.165) e oficialmente aberta ao público no século XVII; a biblioteca da universidade; a biblioteca do colégio jesuíta de Clermont (renomeada Louis-le-Grand em honra de Luís XIV); a biblioteca do cardeal Mazarino, que se tornou pública depois de sua morte; e a biblioteca real, que se mudou de Bois para Paris na década de 1560, tornando-se cada vez mais acessível ao público nos séculos XVII e XVIII (ver cap.VIII). Um guia de Paris em 1692 arrola não menos de 32 bibliotecas onde se permitia que os leitores entrassem "como um favor", além das três bibliotecas públicas (a de Mazarino, Saint-Victor e a do Jardim Real).

As cidades mencionadas até aqui não se distribuíam igualmente pela Europa, mas se concentravam no sul e no oeste. Voltemos nossa atenção para o centro, norte e leste do continente. A Europa central estava relativamente bem em termos de universidades, com uma rede que datava dos séculos XIV e XV, incluindo Praga, Cracóvia, Viena, Leipzig e Pozsony (hoje Bratislava). Durante o reinado de Rodolfo II, de 1576 a 1612, sua corte em Praga era um centro intelectual capaz de atrair os astrônomos Tycho Brahe e Johann Kepler e os alquimistas Michael Maier e Michael Sendivogius, bem como humanistas como o húngaro Johannes Sambucus.<sup>36</sup> Mais importante a longo prazo foi Viena, sede não só de uma universidade, mas também da biblioteca imperial, a Hofbibliothek, que já possuía 10 mil volumes em 1600, foi descrita em detalhe nos anos 1660 pelo bibliotecário, Peter Lambeck, incluía 80 mil volumes em 1680, foi reconstruída com grande magnificência no início do século XVIII e aberta ao público em seguida.

Além das Concil. + Capitulo  
Liquor

sactions, o secretário da Royal Society, Henry Oldenburg, menciona a informação que chega a "esta famosa metrópole" das "colônias americanas" e de muitos outros lugares graças ao comércio.<sup>33</sup> De modo semelhante, o historiador da Royal Society, Thomas Sprat, considerava Londres, "cabeça de um poderoso império", como "a sede mais apropriada para o avanço do conhecimento", a "sede adequada para o conhecimento a ser construído a partir dos relatórios e da inteligência de todos os países".

A Royal Society era um lugar importante para a troca de informações, mas tinha concorrentes. A partir do final do século XVI, palestras públicas sobre filosofia natural e outros temas eram oferecidas no Gresham College, na rua Bishopsgate. Palestras também eram oferecidas no Colégio dos Médicos em Warwick Lane, descrito por um médico em 1657 como uma genuína Casa de Salomão. Para as humanidades, havia a Society of Antiquaries, que se reunia na Derby House, perto de St Paul, aproximadamente de 1586 a 1608 para discutir a história da Inglaterra. Em termos oficiais, faltava a Londres uma universidade, mas ela sediava a Inns of Court, escola de formação para advogados, às vezes considerada uma terceira universidade.<sup>34</sup>

Os imigrantes de outras partes da Europa traziam conhecimento e aumentavam o que estava disponível na cidade. O próprio Oldenburg era originário de Bremen, e seu conhecido Hartlib, de Elbing (hoje Elblag, na Polônia). Como no caso de Amsterdã, os refugiados protestantes da França, inclusive certo número de homens de letras, se estabeleceram em Londres ao final do século XVII (ver p.34).

(H. Oldenburg)

\*

## → A geografia das bibliotecas

A predominância de certas cidades européias é confirmada quando examinamos a geografia das principais bibliotecas. É preciso admitir que a correlação não é perfeita: a Biblioteca Bodleian em Oxford, por exemplo, era uma grande biblioteca numa pequena cidade universitária, ao passo que a Escorial estava longe de qualquer cidade. Explicar a localização de ambas seria impossível sem discutir os interesses de dois indivíduos abastados: o rei Filipe II, que fundou a Escorial, e Sir Thomas Bodley, que doou sua coleção de livros à Universidade de Oxford.

Na Itália e na França, ao contrário, as melhores bibliotecas se encontravam nas maiores cidades. Na Itália, as cidades-chave eram Florença (com a Laurenziana), Veneza (com a Marciana), Milão (com a Ambrosiana) e acima de todas Roma (com o Vaticano, a biblioteca da Universidade Sapienza, a biblioteca jesuítas no Collegio Romano e a Angelica, que abriu em 1614, além de bibliotecas privadas como as das famílias Barberini, Cesi e Spada, e a da rainha Cristina). Guias forneciam aos viajantes informações sobre essas bibliotecas, apresentadas de maneira mais completa num tratado do padre Carlo Piazza, *As famosas bibliotecas de Roma* (1698).

vezes transmite notícias relativamente atuais, interrompendo uma seção sobre a China para contar a seus leitores que "enquanto eu escrevia isto, chegaram notícias de que dois padres que haviam permanecido nesse reino tinham sofrido diversas perseguições".<sup>31</sup>

Roma também era um centro de informação culta. Suas instituições educacionais, famosas em toda a Europa, incluíam a Sapienza, o Collegio Romano, e os colégios fundados para treinar estudantes estrangeiros como missionários, o colégio alemão (1552), o grego (1577), o inglês (1578), o maronita (1584) e o irlandês (1628). A cidade era também a sede de academias como a Lincei [Linces] e a Umoristi [Humoristas] e de redes menos formais como os círculos do anti-quário Fulvio Orsini, do *connoisseur* Cassiano del Pozzo e do polímata Athanasius Kircher. Atraía sábios da França, Espanha, Alemanha e de outras terras.

Paris (junto com seu satélite Versalhes, a partir do final do século XVII) era outro centro de informação política. As embaixadas turca, persa, marroquina e siamesa na época de Luís XIV servem para lembrar que o intercâmbio diplomático não se limitava à Europa. No século XVII, a crescente centralização do Estado francês era acompanhada de um aumento do fluxo de informações para Paris.

Paris era também um centro de informação culta, que se reunia e promovia debates em instituições oficiais, como a Biblioteca Real, o Jardim Real, a Academia de Ciências, o Observatório e a Academia de Inscrições. Era também um centro de sociedades ou academias não oficiais. Estudiosos humanistas se encontravam na casa dos irmãos Dupuy, na rua de Poitevins, sede da famosa biblioteca do historiador Jacques-Auguste de Thou, que os Dupuy herdaram em 1617. Filósofos naturais, incluindo Descartes, Pascal e Gassendi, se encontravam no convento de Marin Mersenne, próximo da Place Royale (hoje Place des Vosges), entre 1619 e 1648. Théophraste Renaudot organizava palestras em francês sobre grande variedade de assuntos para quem quisesse comparecer a seu Bureau d'Adresse, situado na rua de la Calandre, próxima à Notre-Dame, e ativo entre 1632 e 1642.<sup>32</sup>

Quanto a Londres, sua importância consistia em combinar as funções de porto e de capital. A cidade era o quartel-general da Companhia da Rússia (fundada em 1555), da Companhia do Levante (1581), da Companhia das Índias Orientais (1599) e da Companhia da África (1672). Grande quantidade de informações do estrangeiro era enviada a mercadores individuais em Londres, além de ser coletada nas sedes das companhias, por exemplo a Casa da Rússia, onde estudiosos como John Dee e Richard Hakluyt se encontravam com mercadores para discutir mapas e rotas. A Casa das Índias Orientais, na rua Leadenhall, desempenhava algumas das funções de sua rival holandesa. Mapas, cartas e diários de bordo eram ali guardados, e as cartas que chegavam forneciam informação detalhada sobre os preços das mercadorias na Índia e muitas outras questões.

As informações que chegavam a Londres desse modo não eram puramente comerciais. Em sua apresentação à edição do terceiro ano das *Philosophical Tran-*

Espacos de troca

de instituições oficiais

+ espacos não oficiais

mercado

mercado

Antuérpia (por um breve período em meados do século XVI), Amsterdã e Londres. Antuérpia era um centro de troca de conhecimentos e também de mercadorias, um centro de elaboração de mapas, especialmente na época de Abraham Ortelius, e de publicação de descrições de terras distantes, desde a do México, por Hernán Cortés (1522) até as cartas jesuíticas do Japão (1611 a 1632).

Em Amsterdã, a Casa das Índias Orientais (figura 3) e a Casa das Índias Ocidentais tomaram o lugar (ao mesmo tempo que seguiam o modelo) das mais antigas casas desse tipo. A Casa das Índias Orientais era o destino dos relatórios anuais do escritório batavo da Companhia, que cobria a totalidade das operações nas Índias Orientais (ver p.142-3). A Bolsa de Valores de Amsterdã (figura 4), extremamente sensível a notícias sobre a oferta de especiarias e outras mercadorias, era outro centro de informações de ultramar.<sup>28</sup> Minorias étnicas (incluindo judeus espanhóis e portugueses, marinheiros escandinavos e refugiados religiosos ingleses e franceses) eram importante fonte de informações em Amsterdã, como os gregos, eslavos, espanhóis e turcos tinham sido em Veneza, os espanhóis e italianos, em Antuérpia, e os genoveses, em Sevilha. A informação que chegava à cidade por esses canais voltava com velocidade considerável através dos jornais (ver p.151-2) e outros meios de comunicação. Dessa forma, Amsterdã se tornou “uma central de intercâmbio de informações para toda a Europa”.<sup>29</sup>

### As capitais do conhecimento

Os portos não detinham o monopólio das oportunidades de informação. As maiores cidades, sobretudo Roma, Paris e Londres, figuravam entre suas mais importantes concorrentes, especialmente, mas não exclusivamente, no campo das notícias políticas.

Roma tinha longa rivalidade com Veneza como centro de informações.<sup>30</sup> Em primeiro lugar, o Vaticano era o quartel-general do mundo católico, o centro para o qual vinham embaixadores do Japão, Etiópia e Tibete, assim como dos países europeus, e para o qual eram enviados relatórios regulares pelos embaixadores do papa, os núncios. Em segundo lugar, Roma era o quartel-general das ordens missionárias, como os dominicanos, os franciscanos e, acima de todos, os jesuítas, que adotavam o sistema de mandar ao geral em Roma relatórios regulares ou “cartas anuais” de todas as casas e colégios jesuítas no mundo. A Congregação para a Propagação da Fé, no século XVII, era outra fonte de informações sobre as missões.

As *Relazioni universali* [*Descrições do mundo*] de Giovanni Botero, compiladas em Roma na década de 1590, dependeram de seu acesso à rede jesuíta. Ele cita, por exemplo, Possevino sobre a Rússia, Gonzalvo de Silva sobre Monomotapa na África, e Michele Ruggiero sobre a China, de onde retornara recentemente. Embora tenha escolhido apresentar o material em forma de tratado, Botero às



4. *Bolsa de valores de Amsterdã*, pintura de E. de Witte (1653).

grão-vizires e do movimento das tropas turcas e seus galeões era necessário para a sobrevivência política de Veneza. O funcionário veneziano conhecido como *bailo* era mandado para Istambul não só para defender os interesses da colônia de mercadores venezianos ali estabelecida, mas também para enviar notícias políticas (obtidas muitas vezes dos intérpretes e médicos do sultão) para o doge e seus conselheiros. As últimas “notícias do Rialto” eram igualmente necessárias para a sobrevivência econômica de muitos venezianos. As cartas para casa escritas pelos mercadores residentes no estrangeiro funcionavam como uma espécie de “banco de dados” para os negócios da família. As informações vinham regularmente de Aleppo, Alexandria e Damasco, onde mercadores venezianos também estavam estabelecidos, e irregularmente de lugares mais a leste. Três venezianos em particular contribuíram para o conhecimento ocidental da Birmânia: Nicolo Conti, no século XV, e Cesare Federici e Gasparo Balbi, no XVI.<sup>26</sup> Quando os rumores de que especiarias da Índia tinham chegado a Portugal alcançaram Veneza em 1501, a reação do governo foi mandar um agente secreto a Portugal para descobrir o que estava acontecendo e fazer seu relatório. O relatório sobreviveu. Notícias do descobrimento da América chegaram a Veneza depois de terem chegado a Roma, Paris e Florença, mas os venezianos demonstraram grande interesse pelo Novo Mundo ao longo do século XVI.<sup>27</sup>

No século XVII, os centros comerciais de Lisboa, Sevilha e Veneza já não eram tão importantes como antes, tendo sido superados pelos portos de Antuér-

plos da história dos principais portos europeus do período: Lisboa, Sevilha, Veneza e Amsterdã.

A importância de Lisboa na história do conhecimento, especialmente nos séculos XV e XVI, deriva de sua posição como capital do império ultramarino português. A Casa da Índia e o Armazém de Guiné recebiam tanto informações quanto bens de Goa, Macau, Salvador, África Ocidental e outras partes. Assim, o historiador João de Barros, que trabalhou boa parte de sua vida na Casa da Índia, teve oportunidade ímpar de reunir informações sobre a Ásia. Em relação à Índia, consultou soldados e administradores, e também mercadores que voltavam de Goa. Para informações sobre a Pérsia, falou com o homem que tinha negociado em Ormuz. Sobre o Japão e o Sião, aprendeu com os viajantes Mendes Pinto e Domingo de Seixas. Quanto à China, Barros comprou um escravo que lhe traduziu os textos.<sup>22</sup>

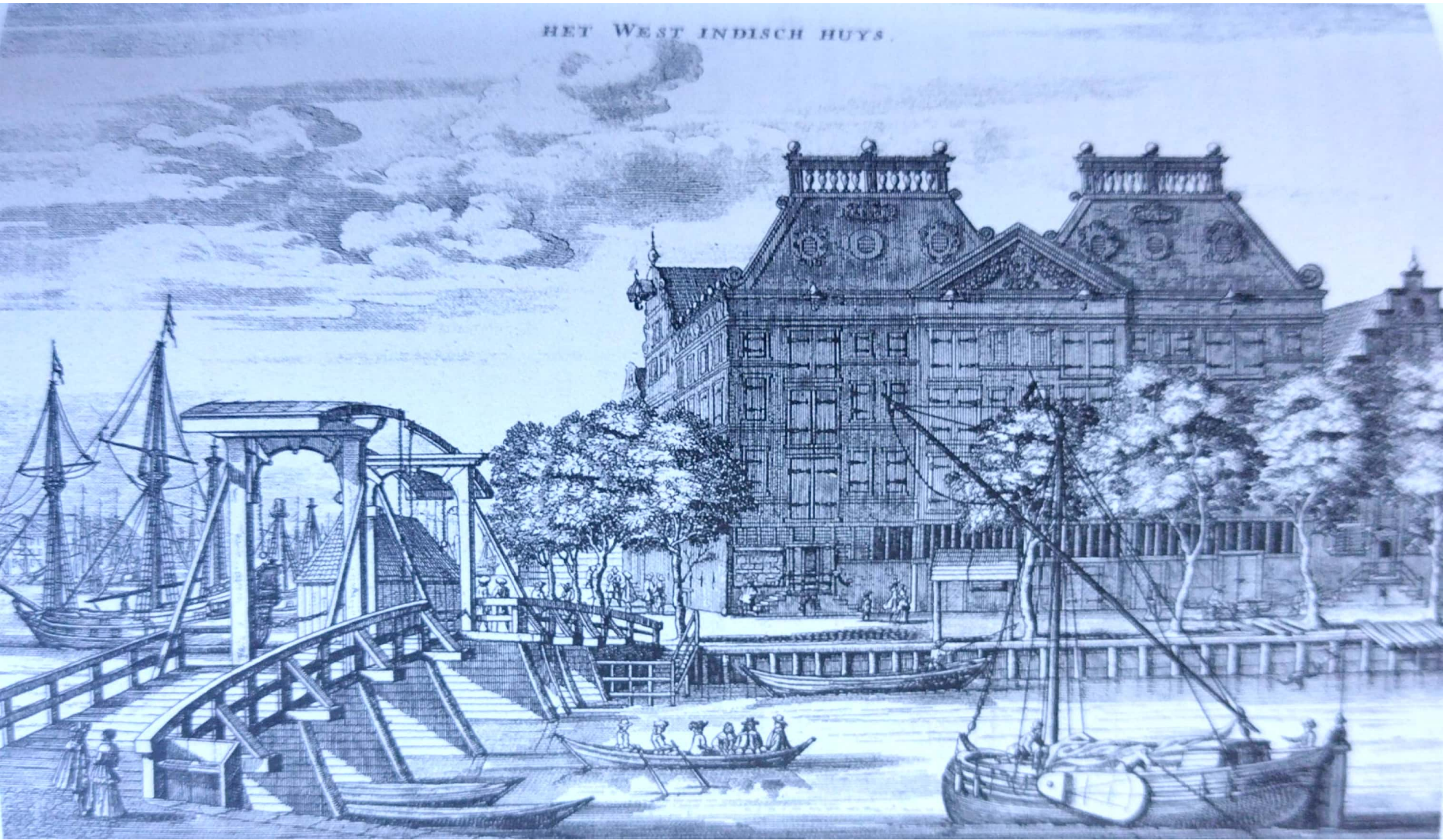
A vantagem de Sevilha como centro de informações, especialmente nos anos mais movimentados do século XVI, residia em que era o único lugar de entrada da prata trazida do México e do Peru para a Espanha. A chegada anual da frota da prata trazia informações do Novo Mundo. Que o médico Nicolás Monardes fosse capaz de escrever sua famosa obra sobre as drogas das Américas sem deixar Sevilha é um testemunho importante das oportunidades de informação oferecidas pela cidade.

Como observou o capítulo III, a Casa de Contratación em Sevilha era um armazém de conhecimentos, especialmente o conhecimento de rotas marítimas, instituição que emitia uma carta modelo (conhecida como *padrón real*) que era regularmente atualizada quando os pilotos retornavam de suas viagens com novas informações. Os "cosmógrafos" (combinando conhecimento de geografia e astronomia) eram ligados à Casa. As colônias de mercadores estrangeiros, particularmente os genoveses, eram bem informadas sobre outras partes do mundo onde seus parentes e compatriotas tinham negócios.<sup>23</sup> A cidade era também um importante centro impressor, e pelo menos 300 livros foram ali publicados entre 1500 e 1520, muitos deles por imigrantes alemães. Era principalmente por Sevilha que os livros estrangeiros entravam na Espanha nessa época. A importância da cidade como centro de conhecimento era reforçada pela biblioteca de Fernando Colón (o filho de Colombo), que se supunha conter 20 mil volumes, e também por grande número de academias cultas que floresceram no século XVI e no início do XVII.<sup>24</sup>

Quanto a Veneza foi descrita por um historiador francês há meio século como "a mais importante agência de informações dos primórdios do mundo moderno".<sup>25</sup> A vantagem de Veneza, nos séculos XV e XVI, era sua posição como intermediária entre Oriente e Ocidente. O império marítimo de Veneza incluía a Dalmácia, Chipre (até 1570) e Creta. O Império Otomano era um vizinho poderoso, de modo que o conhecimento do caráter e políticas dos sultões e



HET WEST INDISCH HUYS.



descrições do Japão que acabaram bem conhecidas na Europa. O primeiro foi François Caron, que encabeçou o estabelecimento da Companhia das Índias entre 1639 e 1640.<sup>20</sup> O segundo foi Engelbert Kaempfer, um alemão que trabalhou em Deshima a serviço da Companhia entre 1690 e 1692. O terceiro, ao final de nosso período, foi Carl Peter Thunberg, um botânico sueco que serviu a Companhia como médico e viveu em Deshima entre 1775 e 1776.

### **Pesquisa de campo e gabinete**

Nagasaki era uma cidade importante e, portanto, do ponto de vista europeu, o centro em relação a uma periferia. A função mediadora das impressoras em cidades em outras partes na distante periferia da Europa não deve ser esquecida: por exemplo, Goa, Macau, Batavia (hoje Jacarta, na Indonésia), Cidade do México e Lima.

Algumas cidades européias importantes eram ainda mais importantes no processo de transmissão do conhecimento sobre outras partes do mundo para o Ocidente. Diferentes tipos de cidades – portos, capitais e cidades universitárias – tinham diferentes funções sob esse aspecto, e essas diferenças serão discutidas a seu devido tempo. Contudo, a ênfase no que segue recairá na interação entre periferias e centros, ou mais concretamente sobre a pesquisa de campo e o gabinete. Os temas paralelos serão a “importação” do conhecimento pela Europa e seu subsequente “processamento” – compilação, cálculo, classificação e crítica.

Famosos colecionadores europeus de conhecimentos exóticos que foram a campo incluíam Pierre Belon, que explorou o Oriente Médio entre 1546 e 1550, procurando novas espécies de pássaros e peixes, e Francisco Hernández, que passou o período entre 1570 e 1577 no México, numa missão do rei da Espanha para estudar animais, plantas e minerais locais.<sup>21</sup> A grande quantidade de informações sobre a história natural de outras partes do mundo que fluíam para a Europa no início do período moderno não deve ser esquecida. Nas páginas seguintes, porém, privilegiarei o conhecimento de outras culturas e suas religiões, línguas e costumes, as descrições de Thunberg do povo japonês, por exemplo, e não suas descrições das flores japonesas.

### **A importação de conhecimentos**

A expressão “importar conhecimento” pretende ser um lembrete da importância do comércio, e mais particularmente dos portos, na difusão da informação, como no caso de Nagasaki. Os habitantes dos portos dirigiam-se regularmente ao cais para conversar com os marinheiros dos barcos recém-chegados. Os portos eram o núcleo do comércio de astrolábios, cartas, mapas e globos. Eram também os lugares perfeitos para encontros entre diferentes tipos de conhecimento e entre diferentes tipos de pessoas. Esses encontros serão ilustrados com exem-

Pensar Biblioteca do deserto (Namitânia)

res ocidentais à cultura russa figuravam *A presente condição do Império moscovita* (1699), de J. Crull, *Três anos de viagens* (1704), de E. Y. Ides, *O Estado da Rússia* (1716), de J. Perry e *A nova Rússia* (1721), de F. C. Weber, logo traduzido do alemão para o francês e para o inglês.<sup>16</sup>

O conhecimento da geografia está longe de ser o mesmo que a geografia do conhecimento. Mas há uma encruzilhada em que os dois tópicos se encontram, em outras palavras, a geografia da geografia.<sup>17</sup> Como estudo de caso, pode ser esclarecedor examinar o conhecimento do mundo além da Europa na República das Letras, numa época em que novos e importantes canais de comunicação estavam ficando disponíveis.<sup>18</sup>

### Nagasaki e Deshima

Como estudo de caso dentro deste estudo de caso, tomemos o exemplo do Japão. Os europeus sabiam pouco sobre o Japão antes de aproximadamente 1550. Marco Polo, viajante do século XIII, mencionava "Cipangu", mas dava poucos detalhes sobre a região. O missionário jesuíta Francisco Xavier chegou em 1549 a uma terra quase inteiramente desconhecida dele e de seus compatriotas. A partir do final do século XVI, a rota pela qual o conhecimento do Japão viajava para o Ocidente passava pelo porto de Nagasaki. Em 1580, um poderoso convertido ao cristianismo doou a cidade aos jesuítas. Estes perderam o controle de Nagasaki em 1587, mas a missão continuou, e uma imprensa foi montada.

A missão cristã ao Japão foi um sucesso. Na verdade, esse sucesso foi relativo, pois a difusão do cristianismo alarmou os governantes do Japão e levou não só à perseguição dos missionários e seus convertidos, mas também a uma política de "reclusão nacional" (*sakoku*), que durou da década de 1630 até cerca de 1850. O país não foi completamente fechado, mas as relações com países estrangeiros, incluindo as comerciais, foram reduzidas ao mínimo e passaram a ser estritamente controladas. Nesse período, mercadores holandeses superaram os jesuítas portugueses como principal canal de comunicação entre o Japão e o Ocidente, e Nagasaki foi substituída pela ilha vizinha de Deshima.

Deshima era uma ilha artificial, estendendo-se algumas centenas de metros em cada direção, construída na baía de Nagasaki precisamente para manter os perigosos ocidentais sob controle. Os negociantes holandeses, membros da Companhia das Índias Orientais, eram limitados a esse microespaço de trocas. Todo o comércio entre o Japão e o Ocidente passou por Deshima de 1641 até a década de 1850, quando o Japão foi forçado por uma frota norte-americana a abrir seus portos para o Ocidente.<sup>19</sup> Deshima era também um microambiente para o intercâmbio de informações, a despeito dos obstáculos oficiais. O governo do Japão proibia a exportação de mapas do país e também desencorajava os estrangeiros a aprenderem japonês. Esses obstáculos podiam ser superados, porém, e entre os ocidentais que passaram algum tempo em Deshima três escreveram

em parte autônoma, resultado dos intercâmbios intelectuais associados com a República das Letras.

## A República das Letras

República das Letras (*Respublica Literaria*) ou “Comunidade do Saber” é uma expressão que passou a ter uso cada vez mais freqüente nos primórdios da Europa moderna para designar a comunidade internacional dos estudiosos.<sup>13</sup> A própria geografia dessa república estava mudando durante o período. A Suécia, por exemplo, a despeito da fundação da Universidade de Uppsala em 1477, só entrou efetivamente para essa república no século XVII, quando a rainha Cristina convidou Descartes e outros estudiosos a Estocolmo, e o nobre e soldado Carl Gustaf Wrangel, em sua casa de campo em Skokloster, perto de Uppsala, se mantinha em contato com desenvolvimentos recentes na filosofia natural através de uma rede de correspondentes em Hamburgo, Amsterdã, Londres, Varsóvia, Viena e outras cidades. A América do Norte nela ingressou no século XVIII, quando homens de letras como Cotton Mather e Jonathan Edwards tentavam manter-se a par do que acontecia na cena cultural européia através da assinatura de periódicos ingleses como a *History of the Works of the Learned*.<sup>14</sup>

A Rússia entrou para a comunidade européia de estudiosos um pouco mais tarde que a Suécia e um pouco antes que a América do Norte, perto do final do reinado do czar Pedro, o Grande. Um nobre russo, Alexandre Menshikov, foi eleito membro da Royal Society em 1714, ano também marcado pela criação da primeira biblioteca pública na Rússia. Leibniz, que se preocupava com o que chamava de “transplante” das artes e ciências para a Rússia, encontrou-se com o czar em mais de uma ocasião para lhe explicar suas idéias. Pedro parece ter se impressionado com os argumentos, pois lhe pagava um salário como conselheiro e, quando fundou a Academia de Ciências de São Petersburgo, em 1724, seguiu o modelo da Academia de Berlim, planejada por Leibniz alguns anos antes. No ano da morte do czar, 1725, o astrônomo francês Joseph-Nicolas Delisle chegou a São Petersburgo, onde passaria os vinte anos seguintes treinando astrônomos russos. Na geração seguinte, Mikhail Lomonosov estudaria química em Marburgo, se corresponderia com Voltaire e ajudaria a fundar a Universidade de Moscou.<sup>15</sup>

O que foi chamado de “descoberta russa da Europa” coincide com a descoberta européia da Rússia. Antes de 1550, pouca informação sobre “Moscou”, como era conhecida na época, estava disponível em forma impressa. A situação mudou lentamente depois de 1550 e rapidamente depois de 1697, data da “Grande Embaixada” de Pedro, o Grande, ao Ocidente, em que aproximadamente 250 russos, incluindo o próprio czar, foram estudar na República Holandesa, Inglaterra, França, Itália e outras terras e, no processo, tornaram os europeus ocidentais mais conscientes da Rússia. Entre os livros que apresentaram os leito-

LUGAR  
GÊNERO  
CLASSE  
RAÇA

tecários, segundo um reformador, John Durie, deveriam ser "agentes para o progresso do saber universal". O que isso queria dizer na prática talvez tivesse ficado mais claro se o amigo de Durie, Samuel Hartlib (ver p.71-2), tivesse sido indicado como bibliotecário da Bodleian na década de 1650, como alguns reformadores pretendiam.<sup>8</sup>

Sedes de conhecimento se multiplicavam e se tornaram mais especializadas em cidades relativamente grandes como Veneza, Roma, Paris, Amsterdã e Londres, cidades que portanto receberão muita atenção nas próximas páginas. Os espaços públicos das cidades facilitavam a interação entre homens de ação e homens de conhecimento, entre nobres e artesãos, entre o trabalho de campo e o gabinete, em suma entre diferentes conhecimentos (ver p.21). As formas de sociabilidade tinham – e ainda têm – influência sobre a distribuição e até mesmo sobre a produção do conhecimento.

Também no macronível as cidades desempenharam papel importante como escalas nas "redes de longa distância" que ligavam a Europa à China ou às Américas: cidades asiáticas como Goa, Macau e Nagasaki, cidades americanas como Lima e México, e cidades européias como Sevilha, Roma, Amsterdã e Londres.<sup>9</sup> Não surpreende pois que o "memorial pelo conhecimento universal", que convocava em meados do século XVII os "agentes de informação" profissionais a mandarem informações para Londres sobre terras estrangeiras, especificasse que esses agentes deviam residir nos "lugares melhores e mais centrais".<sup>10</sup>

Neste nível macro, a história do conhecimento nos primórdios do mundo moderno é às vezes vista em simples termos de difusão da informação e, em particular, da informação científica, da Europa para as outras partes do globo. Esse modelo centro-periferia foi criticado em muitos aspectos, por deixar de lado, por exemplo, a política imperialista, e por deixar de levar na devida conta os fluxos de conhecimento da periferia para o centro.<sup>11</sup>

Na realidade este capítulo se ocupa principalmente do movimento da periferia da Europa para seus centros, deixando a política do conhecimento para o capítulo VI. Outros tipos de conhecimento não serão esquecidos, mas a ênfase recairá na crescente consciência, por parte dos europeus, do mundo para além da Europa. Essa consciência era muitas vezes alimentada por interesses religiosos, econômicos e políticos, mas dela também fazia parte o conhecimento em si. O contraste entre o conhecimento instrumental e a curiosidade desinteressada não deve ser muito marcado.<sup>12</sup> Mas a distinção é útil.

No que segue, o tema principal será a crescente centralização do conhecimento, ligado a aperfeiçoamentos na comunicação física e também ao surgimento do livro impresso. Esses desenvolvimentos estão por sua vez ligados ao surgimento de uma economia mundial (ver p.142-3), à ascensão de algumas grandes cidades (às vezes sedes das principais bibliotecas) e acima de tudo à centralização do poder (ver p.96). Ainda assim, a centralização do conhecimento era

chocante como a idéia de sua história social (ver p. 5). De fato, essa idéia já foi explorada para o mesmo propósito por Montaigne, que escreveu em seus *Ensaïos* (livro 2, nº 12) sobre “a verdade que está cercada por essas montanhas, que é falsidade no mundo do outro lado” (*quelle vérité que ces montagnes bornent, qui est mensonge au monde qui se tient au delà*). Pascal foi ainda mais lacônico em sua referência nos *Pensamentos* (nº 60) à “verdade deste lado dos Pirineus, erro do outro” (*vérité au deçà des Pyrénées, erreur au delà*).

O tema deste capítulo – seguindo trabalhos recentes sobre a geografia e a história da ciência – é essencialmente uma “distribuição espacial” do conhecimento, dos lugares em que o conhecimento foi descoberto, guardado ou elaborado, e também daqueles para os quais era difundido.<sup>4</sup>

O que as pessoas sabiam estava relacionado ao lugar onde viviam. Por exemplo, o monge Maxim Grek, que passara alguns anos na Itália, foi aparentemente o primeiro a informar os russos, por volta de 1518, das descobertas de Colombo. Em contrapartida, o mapa feito pelo almirante turco Piri Reis em 1513 já mostrava a América (derivava de uma cópia de um mapa feito por Colombo em sua terceira viagem, adquirida de um cativo espanhol).<sup>5</sup>

Ao utilizar a expressão “geografia do conhecimento” é importante distinguir dois níveis. No micronível, havia as “sedes do conhecimento”, algumas das quais discutidas no último capítulo. Às sedes tradicionais, como o mosteiro, a universidade e o hospital (e, para as notícias, a taberna e a barbearia) se juntaram novos lugares – o laboratório, a galeria de arte, a livraria, a biblioteca, o anfiteatro de anatomia, o escritório e o café.<sup>6</sup> A livraria da casa impressora, por exemplo, era um lugar de encontros e conversas, além da procura de novas publicações. Erasmo costumava freqüentar a casa impressora do estudioso e impressor Aldus Manutius em Veneza. Paolo Sarpi e seus amigos se encontravam numa loja chamada “O Navio” na Veneza do início do século XVII, e o inimigo de Galileu, Orazio Grassi, freqüentava “O Sol” em Roma; James Boswell encontrou Samuel Johnson pela primeira vez na sala dos fundos da livraria de Tom Davies em Londres.

A biblioteca aumentou de importância, assim como de tamanho depois da invenção da imprensa. Dentro da universidade, começava a rivalizar com a sala de conferências, pelo menos em certos lugares. A Universidade de Louvain ainda declarava em 1639 que uma biblioteca era desnecessária porque “os professores são bibliotecas ambulantes”, mas em Leiden, ao contrário, a biblioteca abria duas vezes por semana e os professores às vezes emprestavam suas chaves aos estudantes.<sup>7</sup> Fora da universidade, algumas bibliotecas privadas ou públicas, discutidas adiante, se tornaram centros de estudos, locais de sociabilidade culta e de troca de informações e idéias, além de serem lugares de leitura. A exigência de silêncio nas bibliotecas teria sido impossível e até inimaginável nessa época. Como a livraria e o café, ela encorajava a combinação da comunicação oral com a imprensa. Não surpreende pois que a reforma das bibliotecas tivesse lugar na reforma do ensino baconiana planejada na Inglaterra em meados do século XVII. Os biblio-

Hoje? Globalização? Internet?

X



2. Mapa da província de Nanquim (Amsterdã, c.1655).

internet  
toje mude

Em segundo lugar, o encontro de Leiden nos faz lembrar a função das cidades como encruzilhadas e pontos de encontro. Era tão difícil sincronizar as vidas de Golius e de Martini como sincronizar suas cronologias. Martini retornava da China para Roma, a fim de fazer um relato de sua missão. No caminho, foi capturado pelos holandeses, mas autorizado a embarcar num navio com destino a Amsterdã, onde planejava entregar seu atlas da China à famosa casa impressora de Blaeus, especializada em mapas (figura 2).<sup>2</sup> Quando seu navio atracou em Bergen, em dezembro de 1653, a notícia das intenções de Martini chegou ao estudioso Ole Worm em Copenhague. Worm, cujos múltiplos interesses incluíam a China, escreveu a seu filho, que vivia em Leiden, e lhe pediu que avisasse Golius da chegada de Martini. Golius então escreveu a Martini em Amsterdã e lhe pediu que tomasse o navio para Leiden. Os dois se encontraram novamente em Antuérpia algumas semanas mais tarde, depois que Golius obteve permissão de sua universidade para ausentar-se por alguns dias.<sup>3</sup>

Os estudiosos precisavam se dar a todo esse trabalho para se encontrar porque o conhecimento não se distribuía igualmente por toda a Europa da época. Este capítulo examinará sua geografia. A idéia de uma geografia da verdade é tão

GEOGRAFIA DO CONHECIMENTO

HA UM LUGAR PARA O CONHECIMENTO? LUGARES?

• IV •

## ★ O Lugar do Conhecimento: Centros e Periferias

Pensar essa relação hoje  
[globalização + Internet]

Verdade aquém dos Pirineus, erro além.

PASCAL

⊗ É assim na viagem: um homem deve carregar o conhecimento consigo se quiser trazer conhecimento para casa.

DR. JOHNSON

Em 1654, em Leiden, um sinólogo católico italiano encontrou um arabista protestante holandês. O encontro era implausível, mas foi frutífero. Os dois homens – como muitos de seus contemporâneos – estavam interessados em problemas de cronologia comparada, mais precisamente na sincronia. Jacob Golius, professor de árabe em Leiden, não sabia chinês, mas suspeitava que a cronologia de Ulugh Beg, estudioso muçulmano do século XV, se baseava em fontes chinesas. Martino Martini, jesuíta italiano que passara boa parte de sua vida como missionário na China e estudara algumas dessas fontes chinesas, não sabia árabe. No entanto, quando ambos traduziram seus textos para sua língua comum, o latim, os elos entre o Islã e a China se tornaram aparentes.

O episódio revela inúmeros traços da República das Letras naquele tempo. Confirma, por exemplo, a idéia de que a cooperação entre estudiosos transcendia diferenças de religião, ao menos ocasionalmente. Também nos diz da importância dos lugares na história do conhecimento.

Em primeiro lugar, a importância dos encontros pessoais, importância que não se limita à transferência de tecnologia, embora possa ter sido mais significativa nesse domínio do conhecimento do que em outros.<sup>1</sup> Encontros pessoais eram mais eficazes do que a troca de cartas, como mostra o caso de Golius e Martini. Também tinham um impacto mais profundo. Lorenzo Magalotti escreveu sobre a China depois de ter encontrado um missionário alemão, Johan Greuber, em Florença, e Leibniz devia sua paixão pelos estudos sobre a China a um encontro em Roma com outro missionário, C.F. Grimaldi.



PETER BURKE

Uma História Social do  
**CONHECIMENTO**

DE GUTENBERG A DIDEROT



Jorge ZAHAR Editor